

O Estado de S. Paulo

5/9/1994

Guariba lembra levante com carteira assinada

Passados dez anos do choque entre bóias-frias e usineiros da região, a situação mudou no campo

GALENO AMORIM

GUARIBA — Dez anos após a revolta de Guariba, como ficou conhecido o levante dos bóias-frias contra os usineiros e as indústrias de suco de laranja da região de Ribeirão Preto, com morte, destruição, pancadaria e uma onda de greves no Estado a partir de maio de 1984, a situação no campo é, hoje, bem diferente. Carteira registrada, pagamento de horas extras pelo tempo em que o trabalhador permanece nas estradas a caminho da roça e mais uma lista de direitos trabalhistas antes inimagináveis passou a fazer parte da rotina das relações entre capital e trabalho na rica agricultura paulista.

Hoje, as usinas fornecem uniformes, luvas e podões. Os cortadores de cana não aceitam ir para a roça se for diferente. Os velhos caminhões paus-de-arara, responsáveis por memoráveis tragédias foram substituídos por ônibus. Também já não transportam, como antigamente, as ferramentas de trabalho — que provocavam — os piores estragos nos acidentes — no compartimento onde viajam os trabalhadores.

Enquanto o índice de carteiras registradas em outras culturas no Estado não atinge, segundo a Fundação Seade, nem a metade dos trabalhadores rurais, no setor canavieiro mais de 90% estão em situação legal. Não se ouve mais falar do gato, o intermediário da mão-de-obra rural que ficava com a maior parte dos salários.

As indústrias de suco passaram a empregar diretamente os colhedores. As usinas de açúcar criaram companhias agrícolas que registraram os cortadores e contrataram os empreiteiros como feitores de turma. Em cidades como Sertãozinho, porém, surgiu uma nova versão dos gatos: as empreiteiras que fornecem a mão-de-obra, desrespeitam direitos trabalhistas e têm sido multadas com frequência pelo Ministério do Trabalho.

"Hoje, quase não há problemas na área social e quando há greves é basicamente por causa de salários", afirma o presidente da Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado (AIAA), José Pilon. Os próprios sindicalistas consideram que a situação mudou para melhor. Eles reclamam, no entanto, que os salários estão mais baixos que em maio de 1984, o ponto de partida para as greves de 150 mil trabalhadores que se repetiriam nos anos seguintes.

Uma pesquisa do Centro de Trabalho Rural do Instituto de Economia Apícola (IEA) mostra que o valor pago pela tonelada de cana cortada na região de Ribeirão Preto caiu bastante nos últimos dez anos. Enquanto o cortador recebia, em média, R\$ 2,55 por tonelada colhida em junho de 1984, há dois meses ele ganhava apenas R\$ 0,78 pela mesma tarefa. "Esses salários baixos podem reacender a qualquer momento o estopim que gerou o conflito", adverte o presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado (Feraesp), Élio Neves.

NÃO SE OUVE MAIS FALAR DO "GATO"

(Página B7 — ECONOMIA)